

ENCONTRO
RS Cidades

Formação Novos Prefeitos
Integração Estado e Municípios



ENCONTRO
RS Cidades
Formação Novos Prefeitos
Integração Estado e Municípios

S E C R E T A R I A D A F A Z E N D A

REFORMA TRIBUTÁRIA GAÚCHA, PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA SEFAZ, SITUAÇÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS e OUTRAS TEMAS DE COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA

<https://www.fazenda.rs.gov.br/>

(51) 3214-5000



I. CONTEXTO FISCAL E REFORMAS DO RS



ENCONTRO
RS Cidades
Formação Novos Prefeitos
Integração Estado e Municípios

FRENTES DE AJUSTE DO ESTADO

1. Racionalização das Despesas

- **Aprovação da Reforma da Previdência e da Reforma Administrativa**
 - Impacto 10 anos: R\$ 18 bilhões
 - Economia atuarial: R\$ 72 bilhões
- **Despesas de Pessoal em queda de 2,4% nominais em 2020**
- **Baixas de precatórios acima das inscrições em 2019-20**, de forma inédita
- **Quedas reais de 4,0% e 7,5% no custeio contingenciável em 2019 e 2020**
- **Estabilização dos pagamentos para Saúde e Conservação de Estradas**
- **Acordo de congelamento dos duodécimos 2019-2021**

2. Modernização das Receitas

- Programa de Modernização Receita 2030 – **foco na simplificação e estímulo à conformidade tributária**
- **Crescimento de 25% na recuperação de tributos atrasados em 2019**
- **Migração de serviços para internet** e fóruns com setor privado “Inova Receita”
- **Nova gestão dos incentivos fiscais**, com ampla transparência e avaliação de impactos com parceiros externos

3. Desestatização e Parcerias Privadas

- **Aprovação das leis de privatização de 4 estatais (2019)**
- **Modelagem pelo BNDES**
 - Energia (1º sem 2021) - Distribuição, Geração e Transmissão
 - Distribuição de Gás (2021)
 - Mineradora
 - Concessões de rodovias e outras (2020-22)
- **Saneamento**
 - PPP Região Metropolitana já assinada
 - IPO em andamento (2021)



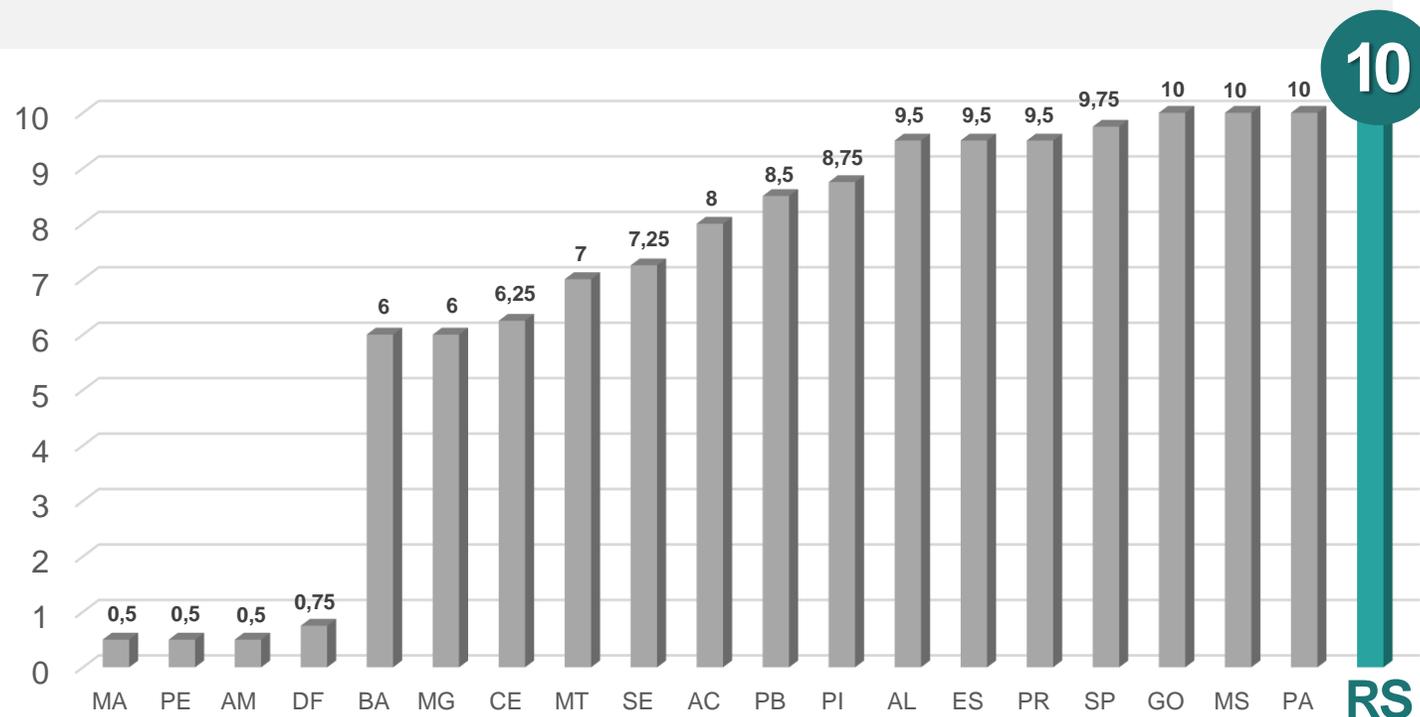
Adesão ao RRF viabilizará a retomada gradual do serviço da dívida com a União:

- Plano do RRF de 6 anos apresentado à STN em nov-19; Lei deverá ser modificada para 10 anos

RECONHECIMENTO ÀS REFORMAS DO RS

SCORE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA APROVADA EM CADA ESTADO

Estudo do Centro de Liderança Pública (CLP) avaliou com nota 10 a Reforma da Previdência gaúcha de 2019. De acordo com o CLP, governos de 20 unidades aprovaram suas próprias mudanças após a reforma federal.



Fonte: Centro de Liderança Pública (CLP)

REFORMA RS VENCE PRÊMIO EXCELÊNCIA EM COMPETITIVIDADE 2020



A Reforma RS foi uma das vencedoras do Prêmio Excelência em Competitividade 2020 do CLP com as mudanças mais profundas já feitas na previdência e nas carreiras dos servidores gaúchos de todos os poderes.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA DO RS EM 1º LUGAR NA REDUÇÃO DE DESPESAS

Contas públicas Medida reduz aumento da despesa de 30% para 5% na década

Reforma nos Estados desacelera alta de gastos com aposentados

- Levantamento feito pelo IPEA revela que nos 15 Estados que fizeram reforma em 8 os gastos começam a cair em 10 anos.
- Sem a reforma, o gasto com inativos começaria a cair em 2034 no Estado. Com a reforma, o gasto cai já em 2020, reduzindo a despesa de pessoal como um todo (menos 2,4% em relação a 2019).

O Rio Grande do Sul está no topo da lista.

Impacto da reforma

Mudanças antecipam redução de despesas*

Estados que mudaram condições de aposentadoria

Estados que não mudaram condições de aposentadoria

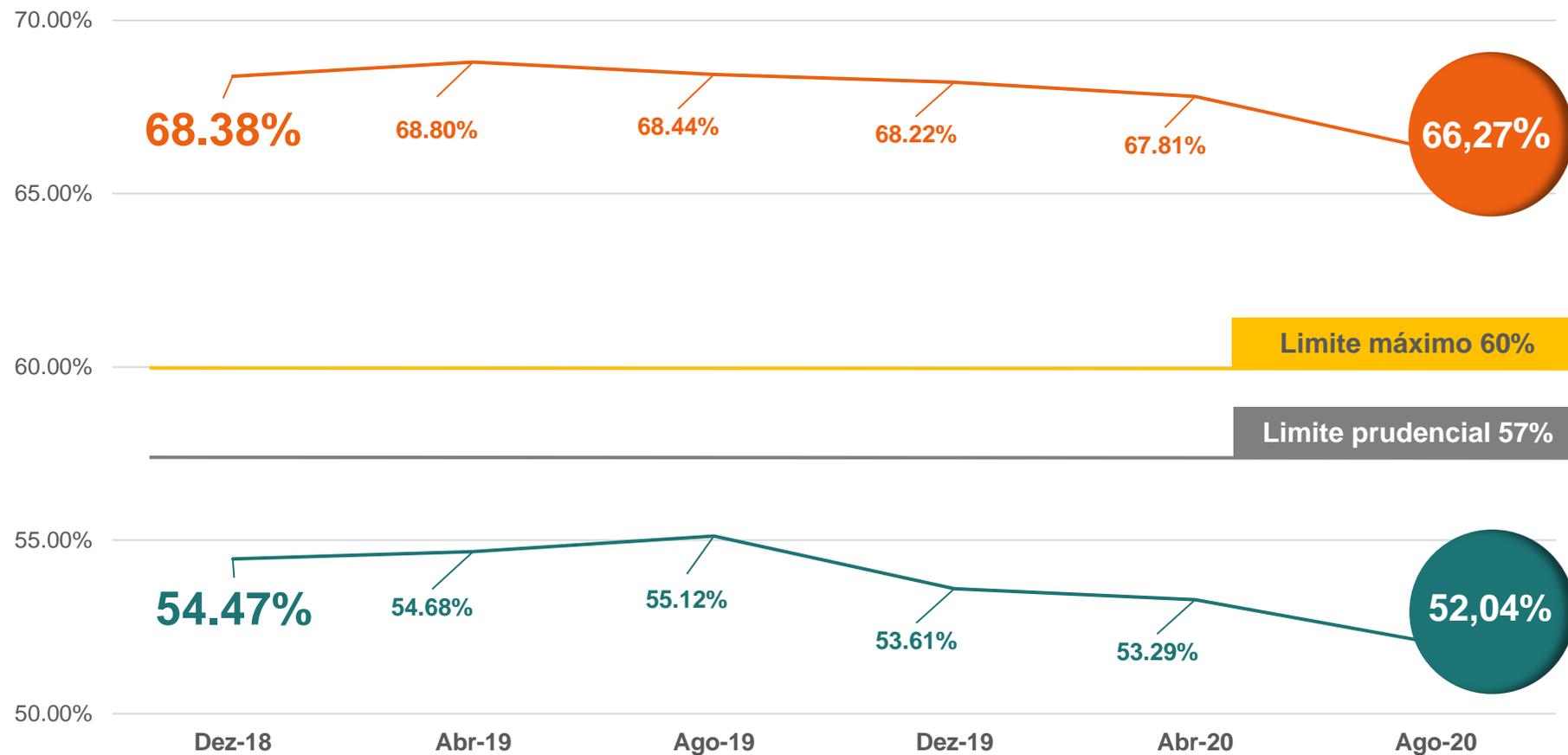
Estado	Quando cai o gasto com inativos		Quando cai o gasto total com pessoal	
	Sem a reforma	Com a reforma	Sem a reforma	Com a reforma
Rio Grande do Sul	2034	2020	2032	2020
Paraíba	2035	2025	2028	2022
Alagoas	2044	2026	2044	2034
Espírito Santo	2045	2029	2040	2029
Piauí	2043	2029	2036	2029
Sergipe	2042	2031	2036	2027
São Paulo	2039	2036	2038	2031
Goiás	2041	2037	2036	2025
Bahia	2041	2038	2038	2028
Ceará	2055	2042	2045	2038
Minas Gerais	2042	2042	2039	2039
Rio de Janeiro	2042	2042	2040	2039
Paraná	2046	2044	2044	2034
Santa Catarina	2044	2044	2042	2041
Maranhão	2045	2045	2034	2034
Pará	2045	2045	2041	2030
Rio Grande do Norte	2045	2045	2046	2045
Distrito Federal	2047	2047	2045	2045
Mato Grosso do Sul	2047	2047	2045	2036
Acre	2048	2050	2043	2039
Pernambuco	2050	2050	2044	2043
Mato Grosso	2050	2051	2054	2043
Rondônia	2054	2054	2051	2051
Tocantins	2054	2054	2060	2060
Amazonas	2055	2055	2050	2050

Fonte: Ipea. *Simulação considerando 75% de reposição de servidores e 100% do salário inicial atual.

INDICADOR LRF DE DESPESA DE PESSOAL EM QUEDA

INDICADOR DESPESAS PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - CONSOLIDADO ESTADO RS

— TCE RS — STN



QUEDA DAS
DESPESAS COM
PESSOAL REVERTEU
UMA TENDÊNCIA DE
CRESCIMENTO DE
ANOS

AJUSTE FISCAL: DESPESAS EM QUEDA (JAN A OUT 2020)

DESPESA TOTAL

Queda de R\$ 19 milhões

- **Pessoal: queda de R\$ 461 milhões (- 1,2%)**
 - (a) pagamentos aos ativos e inativos cresceram apenas 1,3% (abaixo da inflação) em R\$ 295 milhões
 - (b) queda dos aportes para previdência em R\$ 607 milhões (aumento das contribuições dos servidores e menor crescimento dos benefícios)
 - (c) redução nos valores de precatórios (Compensa RS) e nos sequestros judiciais para pagamentos de RPVs
- **Outras Despesas Correntes: acréscimo de R\$ 530 milhões relacionado à saúde (pandemia)**
- **Custeio Contingenciável: queda nominal de 6,5% (economia de R\$ 117 milhões)**

RECEITA TOTAL

Aumento de R\$ 3,2 bilhões (6,9% nominal)

- **As receitas tributárias líquidas ficaram R\$ 51 milhões abaixo de 2019 (queda nominal de 0,14%)**
- **O déficit total foi de R\$ 1,15 bilhão (contra déficit de R\$ 4,43 bilhões em 2019)**
- **Sem suporte da União (R\$ 2,3 bi) e sem as alíquotas extraordinárias do ICMS, déficit teria chegado próximo a R\$ 5 bilhões**

EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS EM R\$ BILHÕES

Mês	Realizado 2019 (Corrigido pelo IPCA e ajustado para incluir R\$ 347 milhões arrecadados em Dezembro de 2018)	Realizado 2020	% Variação Real
Janeiro	3,30	3,43	+4,0%
Fevereiro	3,00	3,20	+6,7%
Março	2,97	2,96	-0,3%
Abril	3,14	2,68	-14,8%
Maio	2,98	2,13	-28,6%
Junho	2,93	2,53	-13,9%
Julho	2,96	2,80	-5,3%
Agosto	3,03	3,09	+1,7%
Setembro	3,07	3,37	+9,8%
Outubro	3,03	3,38	+11,6%
Novembro	3,23	3,68	+13,7%
Total	33,65	33,24	-1,2%

▶ A receita nominal de ICMS contabilizada até novembro de 2020 está maior em R\$ 870 milhões do que 2019

▶ Mas os números de 2019 não incluem: (i) ajuste de R\$ 347 milhões (dez/18), (ii) inflação, (iii) crescimento esperado para 2020. **Assim, há queda real de 1,2%**

▶ **A receita de ICMS 2020 deve ficar cerca de R\$ 1,5 bilhão ABAIXO da LOA 2020. Sem as alíquotas extras de ICMS, seriam R\$ 4,5 bilhões ABAIXO DA LOA 2020**

RISCOS ECONÔMICOS PARA 2021

PANDEMIA DE CORONAVÍRUS >

PIB tem queda histórica de 9,7% no segundo trimestre e pandemia arrasta o Brasil para recessão

EL PAÍS

Indústria e Serviços foram os setores mais afetados, enquanto queda do consumo das famílias bate recorde, com recuo de 12,5%, segundo dados do IBGE desta terça. Auxílio emergencial atenuou impacto

GZH ECONOMIA

ECONOMIA EM DECLÍNIO

Com impacto do coronavírus, PIB brasileiro desaba 9,7% no segundo trimestre

Queda, maior da série histórica do IBGE, marca entrada do país em período de recessão

01/09/2020 - 09h42min
Atualizada em

AgênciaBrasil

Economia

Mercado eleva projeções para inflação e vê câmbio desvalorizado

Expectativa para 2020 é de 2,47% e para ano que vem, de 3,02%

Valor | Brasil

Brasil terá 2ª maior dívida bruta dos emergentes em 2020, diz FMI

O caminho 'longo e irregular' até a retomada da economia global após a covid-19, na previsão do FMI

Alessandra Corrêa
De Washington (EUA) para a BBC News Brasil

13 outubro 2020

CORREIO BRAZILIENSE

CONJUNTURA

Coronavírus derruba a economia brasileira ao mesmo patamar de 11 anos atrás

Crise deflagrada pelo coronavírus faz a economia brasileira voltar ao patamar de 2009. Paulo Guedes diz que tombo ficou no passado e prevê recuperação rápida, mas analistas acreditam em retomada lenta e falam até em nova década perdida



ISTOÉ

ASSINE

ECONOMIA

BC: possibilidade de 2ª onda da covid é principal risco nas economias centrais

Economia carregará o peso da pandemia por anos, diz FMI

Os países avançados terão seu potencial de expansão 3,5% menor do que o previsto e os emergentes, 5,5%



CENÁRIO PARA 2021

	Gasolina	Álcool	Energia	Comunicações	Alíquota básica
2020	30%	30%	30%	30%	18%
2021	25%	25%	25%	25%	17%



Foi preparada planilha com a abertura dos R\$ 850 milhões por 4 anos de acordo com o IPM de cada município.

2021 REPRESENTA UM RISCO DE PERDA DO ESFORÇO REALIZADO ATÉ AQUI

MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL ESTÃO EM ANDAMENTO E JÁ PRODUZEM RESULTADOS EM 2020

- Redução do atraso nos pagamentos do Estado
- Sem alíquotas extraordinárias do ICMS e sem ajuda federal, déficit seria de R\$ 5 bilhões até outubro

RISCOS SOMADOS PODEM LEVAR A UM DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO PRÓXIMO A R\$ 13 BILHÕES

- Liminares, controle de gastos e reserva de contingências não cobrem todo o valor

TRAJETÓRIA ECONÔMICA RECENTE DO PAÍS IMPEDE QUEDA BRUSCA DE ARRECADAÇÃO SOB PENA DE NOVA PRECARIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

- ICMS em 2020 deve retornar a um patamar real equivalente a 2016-2017 e ficar cerca de R\$ 1,5 bilhão abaixo da LOA 2020
- Crescimento do PIB real de 3,5% estimado para 2021 não repõe perda de 8% pelas alíquotas extraordinárias: ICMS cairia ainda mais em 2021

PRIVATIZAÇÕES E TETO DE GASTOS NÃO SÃO SUBSTITUTOS PARA UMA QUEDA BRUSCA DE RECEITAS



NOVAS PROPOSTAS

PL 246 e PEC 289

PROJETOS PARA

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO,

ARRECADAÇÃO E

CONTROLE DE GASTOS

RESUMO DAS NOVAS PROPOSTAS

ALTERAÇÕES NO ICMS

- Prorrogação das alíquotas de 30% por 4 anos
- Alíquota modal de 18% em 2021. A partir de 2022, 17%.
- Corte de incentivos fiscais (até 25% de parte dos créditos presumidos dez/20) (decreto)

TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

(sem alteração de alíquotas)

ALTERAÇÕES NO IPVA

- Alteração da idade de isenção para 30 anos (em 2022)
- Retirada da isenção de veículos elétricos (em 2022)
- Isenção para até 1 UPF (em 2022)
- Previsão da obrigatoriedade de emplacamento no RS

ALTERAÇÕES NO ITCD

- Inclusão do PGBL/VGBL
- Exclusão das áreas de preservação ambiental da base de cálculo do ITCD
- Desconto para pagamento antecipado

ESTÍMULO À ATIVIDADE ECONÔMICA E À RETOMADA PÓS-COVID

- Redução da alíquota efetiva para compras internas no Estado para 12% (decreto)
- Extinção do DIFAL (“imposto de fronteira”)
- Revisão do Simples Gaúcho (mantém a isenção até R\$ 180 mil)
- Devolução de saldos credores de exportação (decreto)
- Estímulo à importação pelo RS (decreto)
- Incentivo ao E-commerce (decreto)
- Diferimento Parcial do ICMS nas Operações com ST (decreto)

RESUMO DAS NOVAS PROPOSTAS (CONT.)

TRANSPARÊNCIA, CIDADANIA E COMBATE À INFORMALIDADE

- Receita Certa – devolução ICMS aos cidadãos de parte do crescimento de receita do varejo
- Fortalecimento do Programa NFG, com aumento de 50% dos recursos às instituições parceiras

SIMPLIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – RECEITA 2030

- “Nos Conformes”
- Código de Boas Práticas Tributárias
- Alterações no procedimento administrativo tributário
- Alterações no valor mínimo de ajuizamento
- Alterações cadastrais
- Aprimoramento do regime especial de fiscalização

CONTROLE PERMANENTE DA DESPESA

- Realismo Orçamentário = PEC 289
- Duodécimo = PEC 289
- Teto de Gastos Estaduais = PEC 289
- Alíquotas de previdência dos militares = PLC 05

II. PIT – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA SEFAZ



ENCONTRO
RS Cidades
Formação Novos Prefeitos
Integração Estado e Municípios

IPM – distribuição do ICMS no Estado do RS

VALOR ADICIONADO FISCAL

Principal componente do IPM (75%), o VAF final de cada município corresponde à média do valor obtido nos últimos dois anos.

Ele é apurado a partir da diferença entre as operações de saídas (vendas) e de entradas (compras) de mercadorias e serviços em todas as empresas localizadas no município. No caso das empresas do Simples Nacional, é feito um cálculo simplificado que considera como valor adicionado 32% sobre a receita bruta da empresa. O cálculo é feito pela Receita Estadual com base nos seguintes documentos: Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA), PGDAS-DEFIS (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais), Guia Informativa Anual Modelo A (GMA), autos de lançamentos lavrados e recursos administrativos ou judiciais.

ÁREA

A área total do município representa 7% do IPM.

Para efeitos de cálculo, é utilizado um indicador chamado “Área Calculada”, que considera a presença de áreas especiais, que são multiplicadas por três na contagem (preservação ambiental, terras indígenas, etc.). Os números são informados pela Divisão de Geografia e Cartografia da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio.

POPULAÇÃO

A população total do município representa 7% do IPM.

Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou da Fundação de Economia e Estatística do RS, dependendo da realização ou não de censo oficial no ano.



NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS

O número de propriedades rurais corresponde a 5% do IPM.

Os dados são informados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA

A produtividade primária, calculada por meio da média obtida nos últimos três anos, é responsável por 3,5% do IPM.

Os dados do valor da produção primária são apurados pela Secretaria da Fazenda.

INVERSO DO VAF PER CAPITA

A relação inversa ao valor adicionado fiscal per capita dos municípios representa 2% do IPM.

A forma de cálculo deste componente é apresentada na Lei nº 11.038/97. Em resumo, quanto menor o VAF do município, maior será o repasse nesse parâmetro.

PONTUAÇÃO NO PIT

PIT – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA ESTADUAL

A pontuação no Programa de Integração Tributária (PIT) corresponde a 0,5% do IPM.

O PIT visa incentivar e avaliar as ações municipais de interesse mútuo com o Estado no crescimento da arrecadação do ICMS. As iniciativas dividem-se em cinco grupos:

- **Programa de Educação Fiscal:** informar os cidadãos sobre a origem e o destino dos recursos públicos.
- **Incentivo à emissão de documentos fiscais:** programas próprios e participação no Nota Fiscal Gaúcha.
- **Comunicação de Verificação de Indícios:** compartilhar informações sobre os contribuintes e suas operações.
- **Gestão de Informação do Setor Primário - SITAGRO:** gerir cadastros, talões e notas dos produtores rurais.
- **Combate à Sonegação:** atuar na fiscalização de mercadorias por meio de turmas volantes municipais.

Até o momento, mais de 99% dos municípios gaúchos aderiram ao PIT.

PIT 2019 NO RIO GRANDE DO SUL – quase 100% de cidades participantes

10 maiores notas	Pontos (máximo 200)
Catuípe	200
Estação	200
Humaitá	198
Santiago	197
Santo Antônio do Planalto	196
Cacique Doble	195
Caibaté	195
Planalto	195
Santa Clara do Sul	194
Miraguaí	193

Ainda não aderiram
Capela de Santana
Pinto Bandeira
Riozinho

III. SITUAÇÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS (IFGF)



ENCONTRO
RS Cidades
Formação Novos Prefeitos
Integração Estado e Municípios

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF) AVALIA OS INDICADORES DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O QUE É O IFGF

- Analisa as contas das cidades brasileiras através de quatro indicadores
- 5.337 municípios no IFGF 2019 (números de 2018), cobrindo 97,8% da população
- Publicado desde o ano-base 2013

QUATRO EIXOS COM PONTUAÇÃO DE 0 A 1

- Autonomia
- Despesa de Pessoal
- Investimentos
- Liquidez

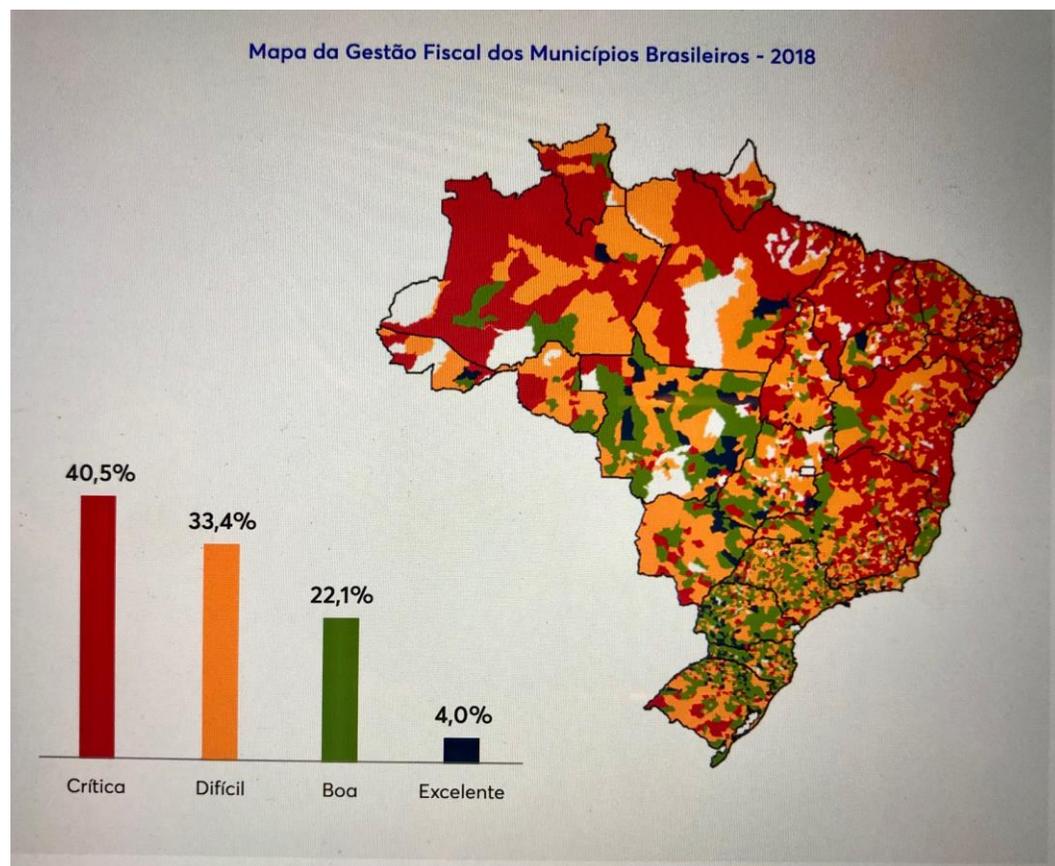
RESULTADOS FINAIS

- **EXCELÊNCIA** = 0,8 a 1,0
- **BOA GESTÃO** = 0,6 a 0,8
- **DIFICULDADE** = 0,4 a 0,6
- **CRÍTICA** = 0,0 a 0,4

CONCLUSÕES GERAIS

- Baixa capacidade de geração de receita para financiar a estrutura administrativa da prefeitura
- Alta rigidez do orçamento, o que dificulta um planejamento eficiente e penaliza investimentos

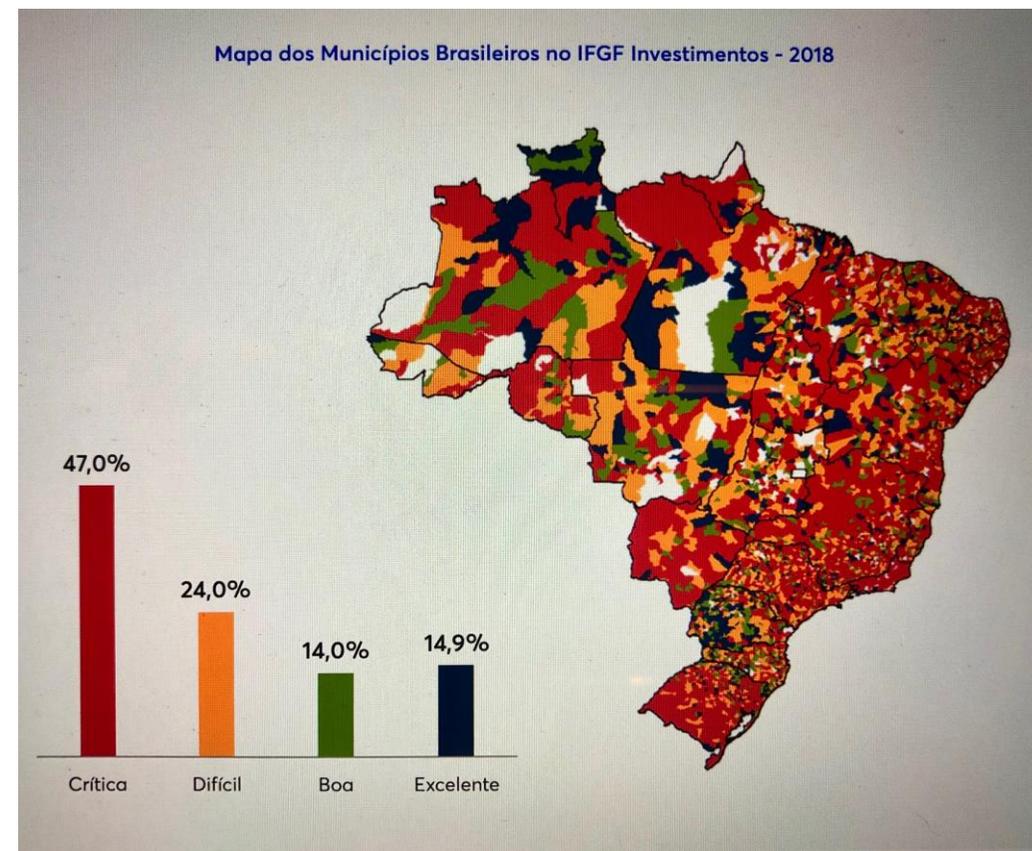
IFGF 2019 VISÃO NACIONAL GERAL



- Cerca de 74% em situação difícil ou crítica

<https://www.firjan.com.br/ifgf/downloads/>

- Pior dimensão é a capacidade de investimentos



IFGF 2019 NO RIO GRANDE DO SUL – 495 cidades avaliadas

- Os municípios das regiões Sul e Sudeste possuem avaliações superiores à média brasileira
- O maior dinamismo econômico dessas regiões gera mais receitas próprias e estruturas melhor qualificadas comparativamente ao Norte e Nordeste

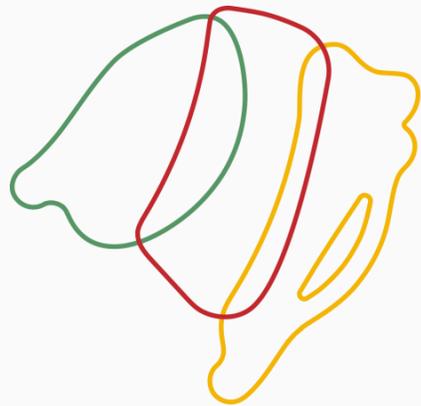
5 maiores economias	% da população coberta pelo IFGF	% Municípios IFGF Crítico	% Municípios IFGF Difícil	% Municípios IFGF Bom	% Municípios IFGF Excelente
BRASIL	97,8%	40,5%	33,4%	22,1%	4,0%
SP	99,6%	15,2%	43,7%	36,8%	4,3%
RJ	91,6%	21,5%	51,9%	25,3%	1,3%
MG	99,1%	56,5%	31,2%	10,2%	2,0%
RS	99,9%	12,1%	39,2%	39,6%	9,1%
PR	98,9%	4,5%	36,6%	47,9%	11,0%

IV. OUTROS TEMAS DE COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA

OUTROS TEMAS DE COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA

▪ Reforma tributária nacional

- **Previdência** = 329 Municípios com RPPS no RS devem atentar para a EC 103
 - Obrigatoriedade da previdência complementar (até 12-nov-21)
 - Adequação das alíquotas previdenciárias em caso de déficit atuarial
 - Penalidades podem implicar interrupção de convênios federais e outras
- **RS Prev** = apto a oferecer plano de previdência complementar desde julho-20
 - Município de Não-Me-Toque foi o primeiro a firmar convênio
- A questão do **novo FUNDEB (EC 108)**
- **ADO 25 e PL 133 (acordo lei Kandir)** = RS ficará com cerca de 9,2% do acordo, sendo 75% Estado e 25% Municípios (divididos pelo IPM)
- **Precatórios (2024)**



ENCONTRO **RS Cidades**

Formação Novos Prefeitos
Integração Estado e Municípios

Promoção

